

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação	
CEIOPH	
N.º Único	056247
Entrada/Saída n.º	280
Data	26/5/2020

Exmo. Senhor Presidente

da Comissão Parlamentar de Economia,  
Inovação, Obras Públicas e Habitação

Deputado António Topa

S. Bento, 25 de maio de 2020

**Assunto:** Audição do presidente da Comissão Executiva da Área Metropolitana de Lisboa

De acordo com afirmações recentes do Ministro do Ambiente, José Matos Fernandes, durante uma audição na 6ª comissão parlamentar, estarão já a decorrer avaliações com alguns municípios para expandir a rede de metropolitano para os seus concelhos.

Segundo o ministro, estarão em estudo projetos para a expansão do Metro para as zonas norte e oriental do concelho de Loures, nomeadamente pela extensão da linha azul para a Portela e Sacavém, e da linha amarela para o Hospital Beatriz Ângelo e Infantado, com passagem por Santo António dos Cavaleiros.

Durante essa mesma audição na Assembleia da República, o ministro acrescentou que o Governo estará pronto para lançar, em outubro ou novembro, caso haja financiamento, a expansão da linha vermelha de São Sebastião a Alcântara-Alto de Santo Amaro, com passagem pelas Amoreiras, Campo de Ourique e Infante Santo.

Para além da expansão da linha vermelha, o governante adiantou ainda à comunicação social que “está a ser feita a avaliação da extensão, sempre comparando com o metro ligeiro elétrico rápido (ou BRT), que vai de Alcântara, Alto de Santo Amaro, Ajuda, Miraflores, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada”.

Uma opção que tem sido defendida pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, que há pouco mais de um ano revelava um projeto para alargar a rede de elétricos da Carris à Cruz Quebrada e a Sacavém.

Por seu turno, o presidente da Câmara Municipal de Loures, revelou recentemente a um jornal nacional, que, decorrente das reuniões técnicas que se têm desenrolado entre aquela autarquia e o Metropolitano de Lisboa, a opção tende a incidir sobre o Metro de superfície, em detrimento do transporte pesado.

Em qualquer dos casos, a expansão da rede do Metro para os concelhos limítrofes, a oriente, Loures, e a ocidente, Oeiras, implicará avultados investimentos. À imagem do que aconteceu com a denominada linha circular, inscrita no mais recente quadro comunitário, também este investimento deve poder beneficiar de fundos da União Europeia para participar a obra.

As opções de investimento público na área da mobilidade são determinantes para o tipo de política pública um país quer implementar, e as prioridades que são inscritas nos quadros comunitários são decisivas para se avançar num sentido de descarbonização da mobilidade, mas acima de tudo de resposta às necessidades das populações, algumas delas há décadas a acalentarem esperanças que têm vindo a sair goradas.

É, por isso, relevante que esta Assembleia da República se debruce sobre os trabalhos e projetos que estão já a ser pensados no âmbito do próximo quadro comunitário, bem como esteja a par das prioridades que estão a ser equacionadas.

*Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição do presidente da Comissão Executiva da Área Metropolitana de Lisboa.*

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Isabel Pires